

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NO BRASIL: O QUE PODEMOS ENTENDER DO VOTO DE ESCALA?

Daniel Abreu de Azevedo¹

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, DF, Brasil



Sonia Terron²

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Enviado em 30 jun. 2024 | Aceito em 27 out. 2024

Resumo: O artigo investiga as eleições municipais de 2024 no Brasil, destacando a importância da escala geográfica para uma compreensão mais precisa dos fenômenos eleitorais. Por meio de análises geoestatísticas e mapeamento, examina-se a hipótese de que os resultados das eleições municipais são frequentemente interpretados como precursores das eleições federais, desconsiderando as dinâmicas próprias da escala local. Os resultados demonstram que há um efeito de "jogo de escalas" mais significativo no caso do Partido dos Trabalhadores (PT), onde existe uma correspondência entre municípios com maior votação em Lula em 2020 e a eleição de prefeitos do PT em 2024. No caso do Partido Liberal (PL), essa correlação não foi observada, indicando uma independência maior entre as escalas local e federal. Além disso, o estudo comprova que o efeito *coattail* – onde o desempenho de um candidato ao executivo influencia votos para candidatos do mesmo partido no legislativo – está presente na esfera municipal para o PT e o PL em 2024, reforçando que a escala municipal apresenta dinâmicas autônomas e específicas.

Palavras-chave: escala geográfica, eleições municipais, efeito *coattail*, eleições 2024.

2024 BRAZILIAN MUNICIPAL ELECTIONS: WHAT CAN WE UNDERSTAND FROM THE "SCALE VOTE"?

Abstract: This paper explores the 2024 municipal elections in Brazil, emphasizing the importance of geographic scale for a nuanced understanding of electoral phenomena. Through geostatistical analyses and mapping, the study addresses the hypothesis that municipal election results are often viewed as indicators for federal elections, overlooking the unique dynamics of local scale. Findings reveal a stronger "game of scales" effect in the Workers' Party (PT), with a correlation between municipalities with high support for Lula in 2020 and the election of PT mayors in 2024. In contrast, no such correlation was observed for the Liberal Party (PL), suggesting greater independence between local and federal scales. Furthermore, the study confirms the presence of a coattail effect – where executive performance boosts votes for legislative candidates of the same party – at the municipal level for PT and PL in 2024, underscoring the autonomous and distinctive dynamics of the municipal scale.

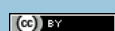
Keywords: geographic scale, municipal elections, coattail effect, 2024 elections.

ÉLECTIONS MUNICIPALES 2024 AU BRÉSIL : QUE PEUT-ON COMPRENDRE DU « VOTE À L'ÉCHELLE »?

Résumé: Cet article analyse les élections municipales de 2024 au Brésil, en mettant en avant l'importance de l'échelle géographique pour une compréhension plus précise des phénomènes électoraux. À travers des analyses géostatistiques et une cartographie, il examine l'hypothèse selon laquelle les résultats des élections municipales sont souvent interprétés comme des indicateurs des élections fédérales, sans tenir compte des dynamiques propres à l'échelle locale. Les résultats montrent qu'un effet de "jeu d'échelles" est plus marqué dans le cas du Parti des Travailleurs (PT), où une correspondance est observée entre les municipalités ayant enregistré une forte votation pour Lula en 2020 et l'élection de maires du PT en 2024. En revanche, pour le Parti Libéral (PL), cette corrélation n'a pas été constatée, suggérant une plus grande indépendance entre les échelles locale et fédérale. De plus, l'étude confirme la présence de l'effet *coattail* – où la performance d'un candidat à l'exécutif influence les votes en faveur des candidats du même parti au législatif – à l'échelle municipale pour le PT et le PL en 2024. Ces résultats renforcent l'idée que l'échelle municipale possède des dynamiques autonomes et spécifiques.

Mots-clés: échelle géographique, élections municipales, effet *coattail*, élections 2024.

1. Doutor em Geografia Humana pela UFRJ. Professor adjunto do Departamento em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB. <https://orcid.org/0000-0001-5354-128X>. Email: daniel.azevedo@unb.br
2. Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1681-3933> E-mail: terron.sonia@gmail.com



Introdução

Em outubro de 2024, 5.568 municípios brasileiros participaram das eleições municipais, em um processo eleitoral que envolveu em torno de 150 milhões de eleitores em todo o país. Com um sistema eleitoral marcado pela diversidade geográfica e política, as eleições foram realizadas em dois turnos em cidades com 51 municípios, enquanto a maioria dos municípios passou pelo processo em turno único.³

Logo depois do primeiro turno e reforçado no segundo, a divulgação dos resultados das eleições municipais suscitou reflexões sobre fenômenos supostamente novos que ocorreram em 2024: o recorde de abstencionismo (com exceção do ano da pandemia), a maior taxa de reeleição nas prefeituras já registrada e o avanço da direita em todo o país. Antes da apuração finalizar, mapas eleitorais para o cargo do Executivo local, particularmente aqueles em que os partidos dos candidatos eleitos foram representados de acordo com a graduação do campo ideológico, revelaram o predomínio da centro-direita, direita e extrema-direita.

Em geral, nota-se que as eleições municipais de 2024 estão sendo interpretadas pela mídia⁴ como uma prévia dos movimentos que devem moldar a disputa política nas eleições gerais de 2026. Nesses argumentos, vários fatores dessas eleições municipais apontariam potenciais tendências e realinhamentos no cenário político nacional. A narrativa corrente nas análises tem estabelecido as eleições municipais como uma “prévia” para a disputa presidencial seguinte, sugerindo que o resultado local serviria de espelho para o comportamento político em nível nacional. Essa visão, alimentada pela cobertura midiática, caracteriza as eleições locais como um reflexo direto e simplificado das tendências presidenciais, contribuindo para uma percepção reducionista da dinâmica eleitoral.

Na análise de conjuntura de Vasconcellos (2024), esse argumento midiático é questionado. O autor faz alguns testes entre as eleições de 2020 e 2022 para entender qual seria a relação entre uma eleição municipal e uma eleição nacional. Conclui, a partir de vários testes estatísticos, que a votação de candidatos a prefeito pelo MDB, PSD, PL, PP e PT em 2020 não apresentaram associação consistente com a votação para Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, no segundo turno de 2022⁵.

Neste artigo, expandimos o olhar sobre a questão e partimos da hipótese que, ao reduzir as eleições municipais a uma versão “em miniatura” do cenário nacional, ignora-se a complexidade dos processos políticos locais e as especificidades que motivam o eleitorado em diferentes regiões do país.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar em que medida a escala geográfica é importante para compreender o fenômeno eleitoral, evitando posicionar o pleito para o Executivo local (especialmente de 2024) como uma eleição nacional antecipada. Em outras palavras, questionamos a ideia de que as eleições municipais são determinantes para a escolha presidencial, defendendo que tal visão ignora as diferenças estruturais e políticas que caracterizam esses dois níveis de disputa.

³ Dos 103 municípios com mais de 200 mil habitantes aptos ao segundo turno, em 51 foi realizado o segundo pleito uma vez que nenhum dos candidatos alcançou a maioria absoluta (a metade mais um dos votos válidos).

⁴ <https://www.estadao.com.br/politica/sergio-denicoli/com-a-direita-fragmentada-esquerda-no-diva-e-centro-no-protagonismo-o-que-se-pode-esperar-de-2026/>
<https://www.estadao.com.br/politica/candidatos-lula-jair-bolsonaro-eleicoes-municipais-2024-veja-desempenho-resultados-nprp/>
<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/conexao/eleicoes-de-2024-gabaritam-potencias-politicas-para-2026-652983/>

⁵ Agradecemos a gentileza de Fabio Vasconcellos, jornalista de dados, professor e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia | Rede de Representação e Legitimidade Democrática (ReDem), pela cessão da base municipal de dados eleitorais de 2024 que viabilizou as análises quantitativas aqui apresentadas.

Ao longo do texto, buscamos demonstrar que as escolhas do eleitor nas eleições locais são movidas por lógicas distintas, e que a projeção dos resultados municipais como prenúncio das eleições presidenciais simplifica excessivamente a complexidade do comportamento eleitoral no Brasil.

Para tanto, o artigo emprega técnicas de geografia eleitoral, como mapeamento e análises geoestatísticas, com o objetivo de investigar se as eleições de 2024 podem ser compreendidas a partir dos resultados de 2022, marcados por uma forte polarização em âmbito nacional entre o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), e o então presidente em busca da reeleição, Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal – PL). Essa análise se fundamenta na discussão teórica sobre a relação entre escalas geográficas e fenômenos sociais apresentada na primeira seção. Para reforçar o argumento, realizamos análises sobre um possível efeito *coattail* na escala municipal. O efeito *coattail* é um conceito clássico da literatura usado para explicar como um candidato forte em eleições para o executivo transfere votos para candidatos de seu próprio partido em disputa por outros cargos, frequentemente no legislativo. Este efeito tem sido usualmente investigado em eleições nacionais e estaduais. A literatura tem considerado o efeito *coattail* inexistente em escala federal para o PT, e vamos testá-lo em nível municipal.

Escala geográfica e eleições: um necessário arcabouço teórico

É comum nos trabalhos da geografia encontrarmos reflexões sobre escala para delimitação do objeto de estudo, seja em pesquisas relacionadas aos aspectos físico-naturais ou naquelas próximas ao que se denomina como Geografia Humana (Paasi, 2004). Como um manual seguido por estudantes e pesquisadores, a escala é um componente do olhar geográfico (Gomes, 2013)⁶, apesar de grande divergência e polêmica sobre seu significado epistemológico.

A discussão sobre a escala geográfica transcende a ideia de uma mera categorização espacial, configurando-se como uma dimensão para o entendimento sobre como fenômenos sociais e naturais se manifestam e são interpretados. A escala atua não apenas como um “tamanho” da observação, mas como uma construção epistemológica que define os contornos e as possibilidades de análise de um fenômeno. Em outras palavras, há muito tempo a geografia discute a ideia de que a mudança de escala do fenômeno não é simplesmente uma transformação de tamanho – tornando-o igual, mas em versão ampliada ou miniatura – mas sim uma mudança no próprio fenômeno (Castro, 1996). Analisar temas como, por exemplo, o sistema econômico capitalista em escala local não é uma abreviação de sua análise global. Essa perspectiva revela que, em geografia, a escala é uma ferramenta indispensável para compreender que fenômenos locais não podem ser simplesmente transpostos para uma escala global, e vice-versa. Cada escala cria uma nova configuração do fenômeno, com implicações próprias para a análise e a interpretação.

Essa percepção sobre a escala tem grande relevância como recurso epistemológico e também metodológico (Castro, 2014), pois nos faz entender que qualquer fenômeno precisa ser situado em um alcance espacial específico para que suas dinâmicas e consequências sejam adequadamente compreendidas. Essa discussão conceitual nos leva a pensar que uma eleição municipal não é apenas uma versão “reduzida” de um fenômeno nacional, como uma eleição presidencial. A dimensão local carrega questões, influências e lógicas próprias que não se reproduzem de forma direta na escala nacional. Por isso, ao lidar com fenômenos de diferentes escalas, é essencial perceber que eles possuem uma configuração particular em cada nível de análise, sendo transformados pelas

⁶ Importante ressaltar que a escala geográfica aqui discutida não é sinônimo de escala cartográfica, uma relação matemática entre o mapa e a Terra.

especificidades espaciais, sociais e culturais do contexto. Isto é, “a mudança de escala corresponde a uma mudança de nível de conceituação” (Lacoste, 1988, p.45). Essa diferenciação destaca a importância de situar o fenômeno dentro de uma escala específica e interpretar suas dinâmicas dentro das possibilidades e limitações daquela dimensão.

Nesse sentido, pesquisas em geografia eleitoral já demonstraram o impacto de políticas públicas federais na mudança do padrão espacial do voto em escala nacional, como o famoso caso do programa Bolsa Família e o divórcio entre o Partido dos Trabalhadores e o Lula (Terron; Soares, 2010). Essa reflexão nos induz a entender que não necessariamente isso também vai ocorrer nas eleições para a escala municipal, no Executivo e/ou Legislativo. Diferentes autores já apontaram como a escala local historicamente esteve marcada com partidos de centro e de direita, mesmo em contextos nacionais dirigidos por partidos de esquerda (Fleischer, 2002; Lavareda; Telles, 2020).

No contexto da geografia eleitoral, a escala municipal revela-se como um espaço de manifestação de particularidades locais, onde redes de influência, condições socioeconômicas e contextos culturais exercem um papel central na formação das preferências eleitorais. Azevedo (2023) aponta que o efeito contextual, mais fácil de apreender em escala local, diferencia-se do efeito composicional que se observa em uma análise agregada nacional. O efeito contextual foca nas características e influências próprias ao espaço específico, que determinam dinâmicas eleitorais singulares e que não podem ser vistas como uma mera subdivisão do contexto nacional.

Apesar da importância fundamental de entender fenômeno em sua escala, isso não significa que podem ser considerados como isolados, sem conexão ou poder de influência. Como autores demonstram (Castro, 1996; 2014; Massey, 2008; Souza, 2013), há um importante jogo de escalas e a ser conhecido e analisado, isto é, é necessário considerar que muitos processos operam em múltiplas escalas ao mesmo tempo. Fenômenos como globalização, redes sociais e políticas ambientais, por exemplo, têm desdobramentos que se manifestam desde o nível local até o global, interagindo e modificando-se ao longo dessas escalas. Em um mundo marcado pela globalização e a compressão espaço-tempo, a multiescalaridade exige uma abordagem que reconheça a interação entre as diferentes dimensões espaciais e como as dinâmicas de uma escala podem influenciar as de outra, em um contínuo “jogo de escalas” (Castro, 1996), ou o que Massey (2008) denomina como “lugar como o encontro de escalas”. Nesse sentido, uma análise efetiva precisa levar em conta a complexidade dessas interações e o modo como elas alteram a configuração do fenômeno em cada escala, buscando entender em qual contexto é possível traçar conexões entre o pleito municipal e nacional.

Por exemplo, no estudo das eleições municipais, a presença de redes de apoio comunitário e de lideranças locais, bem como a importância de políticas de assistência social em nível local, como o Bolsa Família, demonstra que o comportamento eleitoral nas cidades é moldado por fatores que apresentam significado e peso diferentes dos observados em uma eleição nacional. As análises de Soares e Terron (2008) evidenciam que o impacto dessas políticas tende a ser mais relevante em regiões específicas, onde as condições de vida e as redes de apoio local possuem uma função estruturante na configuração do voto, formando *clusters* de comportamento político que não se reproduzem uniformemente em escalas maiores. A relação entre escala nacional e local é, portanto, evidente.

Entretanto, há diferentes perspectivas sobre como essa relação se estabelece. Não cabe aqui um debate teórico tão profundo, já realizado por outros autores (Castro, 1996; Souza, 2013; Grandi, 2015; Azevedo, 2020). Porém, é importante ressaltar a superação de uma visão hierárquica e estruturalista (e.g. Flint; Taylor, 1985). Tradicionalmente, abordagens geográficas consideravam que

escalas mais amplas, como o nível nacional ou global, eram de alguma forma “superiores” às escalas locais (Howitt, 2002). Atualmente, a geografia reconhece que cada escala possui seu valor analítico e que nenhuma escala é intrinsecamente mais importante do que a outra (Dahlman, 2010; Harod, 2011). A importância de uma escala depende do fenômeno que se estuda e do propósito da pesquisa. Assim, a escala local, onde se vivem as experiências cotidianas e se realizam atividades fundamentais como o trabalho e o consumo, tem um valor intrínseco que não pode ser reduzido ou desconsiderado em favor de uma escala maior.

No sistema político brasileiro, a escala local frequentemente se sobrepõe à dimensão municipal no sistema federativo, tornando escala geográfica e escala política (Rodrigues; Moscarelli, 2015) como sinônimos. A naturalização do município como escala local pode, por um lado, facilitar pesquisas sobre eleições, porém, por outro, inviabilizar pesquisas intraurbanas, que vêm demonstrando sua importância nos últimos anos. Apesar de “local” não ser necessariamente igual à “municipal”, o fortalecimento desta no Brasil a partir da Constituição de 1988, com múltiplas atribuições e certa autonomia (Abrúcio, 1998), tornou o território municipal dotado de práticas espaciais em uma métrica específica (Mackinnon, 2010) que atores políticos e sociais se baseiam no seu cotidiano. Temas importantes para o cidadão como transporte público, educação básica e atendimento primário em saúde passam a ter uma territorialidade municipal.

O uso da escala nos leva a uma abordagem que evita simplificações e reconhece a complexidade dos fenômenos, seja na sua manifestação local, regional ou global. É essa relação entre as práticas sociais e a materialidade que define a escala e a torna indispensável para uma compreensão mais aprofundada dos processos que moldam a sociedade e o espaço.

Assim, a escala funciona tanto como uma categoria da prática, algo vivido e experienciado pelos indivíduos no dia a dia, quanto como uma categoria de análise, usada por cientistas para interpretar e teorizar sobre esses fenômenos em uma perspectiva mais abstrata (Moore, 2008). Embora as escalas não possuam uma materialidade concreta e invariável, são moldadas pelas práticas sociais e, por consequência, assumem uma materialidade própria dentro de um contexto particular.

Nesse sentido, a escala municipal é uma arena distinta onde as interações sociais têm um efeito direto e contextualizado no comportamento eleitoral. O conceito de escala torna-se, assim, central para a geografia eleitoral, pois impede que se trate a eleição municipal como uma extensão do comportamento eleitoral nacional. A escala municipal expõe como o espaço é ativo na configuração das preferências políticas, tornando visíveis as particularidades de cada território. Essas especificidades locais, influenciadas por fatores socioeconômicos e culturais específicos, mostram que o espaço não é apenas o “palco” onde ocorre a ação política, mas uma força que afeta os resultados eleitorais de forma particular em cada escala do fenômeno.

Procedimentos metodológicos

Partimos da hipótese inicial e da discussão conceitual sobre a relevância da escala geográfica para geografia eleitoral, para a exploração empírica dos dados primários resultantes das eleições de 2022 e 2024, agregados ao nível municipal. Nossa base de dados integra os resultados da eleição presidencial de 2022 e das eleições municipais nos 5.568 municípios brasileiros onde houve eleição municipal. As variáveis analisadas são as porcentagens de votos recebidas por candidatos do PT e do PL aos cargos de prefeito e de vereador em 2024, e as porcentagens de votos recebidas por Lula (PT) e Bolsonaro (PL) no segundo turno de 2022.

Elaboramos tabelas de dados agregados por partido e mapas de localização dos municípios onde PT e PL elegeram prefeitos em 2016, 2020 e 2024. Utilizamos o GeoDa, um sistema aberto e de livre acesso, para realizar as análises exploratórias sobre a base espacial dos dados eleitorais municipais.

Exploramos as possíveis correlações, para cada partido, entre as porcentagens municipais de votos de candidatos a prefeito e vereador (2024), e entre estas e as porcentagens municipais dos respectivos candidatos à presidência, Bolsonaro e Lula (2022). Primeiro verificamos a existência de autocorrelação espacial entre as variáveis através de regressões lineares associadas a matriz de vizinhança dos 5.570 municípios. Como os resultados indicaram a inexistência de efeitos espaciais específicos a serem modelados, adotamos a regressão linear bivariada analisada através de diagramas de dispersão (*scatter plot*).

Na regressão linear bivariada, a equação da reta de regressão:

$$Y = a + bX$$

onde Y é a variável dependente, X a variável independente, a é um valor constante que indica onde a reta começa (o intercepto), e b é o valor de inclinação da reta.

No diagrama de dispersão, o eixo X corresponde à variável independente, e o eixo Y, à variável dependente. Os pares de observação (x, y) são representados como pontos no diagrama. No nosso caso, cada ponto representa um município. Na parte inferior do gráfico, estão listadas várias estatísticas da linha de regressão. Isto inclui o coeficiente de correlação de Pearson (R^2) e a estimativa, o erro padrão, a estatística t e o valor p para ambos, o intercepto (a) e o coeficiente de inclinação (b).

O coeficiente de correlação R^2 informa sobre a qualidade do ajustamento linear da correlação bivariada. Na análise bivariada, R^2 mede o relacionamento entre X (variável dependente) e Y (variável dependente), e representa quão bem a reta de regressão aproxima as observações. R^2 varia entre 0 e 1, sendo que o valor 1 indica que a reta de regressão se ajusta perfeitamente aos dados, ou seja, a cada unidade de X equivale uma unidade de Y. O valor 0 representa a ausência de correlação. R^2 é frequentemente interpretado como a proporção da variação dos dados que é explicada pela reta de regressão. No caso da correlação bivariada interpreta-se como a proporção de X que explica Y.

Quanto à interpretação dos coeficientes, interessa-nos o valor do coeficiente de inclinação (b), que na análise bivariada representa o efeito da variável independente sobre a variável dependente. Do ponto de vista substantivo, o coeficiente de inclinação representa a variação em Y decorrente da variação de uma unidade de X, sendo positivo no caso da variação no mesmo sentido, e negativo quando variam em sentidos opostos. A probabilidade informada refere-se ao nível de significância do coeficiente.⁷

Apresentamos também outra técnica de análise geoestatística utilizada para produzir o mapa de autocorrelação espacial da porcentagem de votos municipais de Lula no segundo turno de 2022. Em se tratando do segundo turno, o mapa da variável referente a Lula permite também interpretar os resultados para Bolsonaro.

Neste tipo de mapa utiliza-se o Indicador de Autocorrelação Espacial Local (Moran Local) ou *Local Indicator of Spatial Autocorrelation (LISA)*. O Indicador é uma estatística, como outras de natureza semelhante, capaz de revelar *hot spots*. No nosso caso, são os *hot spots* formados por municípios de porcentagens altas de voto. A formação dos *hot spots* leva em consideração a

⁷ Para regressão linear bivariada, ver Barbetta 2019.

vizinhança, neste caso identificada por uma matriz de primeira ordem que indica os municípios vizinhos por contiguidade. O Indicador Local é utilizado para identificar agrupamentos locais de não-estacionaridade, os *hot spots*, onde unidades adjacentes compartilham valores similares (Anselin, 1995).⁸

Utilizamos o Indicador de Moran Local para operacionalizar o conceito de Território Eleitoral (Terron, 2009), estabelecendo uma correspondência hipotética entre os grupamentos de municípios (*hot spots*) com porcentagem alta de votos em regiões de valores estatisticamente similares, com a “conquista” territorial do candidato naquele pleito. Estes grupamentos correspondem à primeira categoria de Moran Local, conhecida como Alto-Alto ou High-High, composta pelos municípios com valores altos de porcentagem de votos em vizinhança de valores semelhantes, estatisticamente significativos.

Resultados e discussão

Os dados do Tribunal Superior Eleitoral revelam que tanto o PT quanto o PL cresceram em número total de prefeituras em 2024. No primeiro caso, o crescimento foi de quase 27% (de 182 para 248), enquanto o segundo de 32% (de 351 para 517). Entretanto, esse resultado não está sendo visto por analistas e mídia como positivo para o partido do atual presidente, já que é muito inferior ao máximo que conseguiu em 2012 (637 prefeitos). Mais que uma questão de número absoluto, as tabelas 1 e 2 demonstram o crescimento do PL nas denominadas “cidades médias”, acima de 100.000 habitantes, e o oposto ocorrendo com o PT. Esses dados nos revelam que a vitória do presidente há dois anos não significa, necessariamente, a sobreposição de seu partido e candidatos na escala municipal em relação ao PL.⁹

Tabela 1 – Prefeitos eleitos do PL por faixa populacional dos municípios

Classificação (número de habitantes)	2016	2020	2024	Variação (%) 2016 -2024
Até 10.000	130	150	187	+27
10.000-50.000	141	159	223	+37
50.000-100.000	15	23	43	+65
100.000-500.000	12	15	51	+76
500.000-1.000.000	1	1	1	0
Acima de 1.000.000	0	0	2	+200

Dados: Tribunal Superior Eleitoral
Organização: dos autores

Tabela 2 – Prefeitos eleitos do PT por faixa populacional dos municípios

Classificação (número de habitantes)	2016	2020	2024	Variação (%) 2016 -2024
Até 10.000	125	87	103	-21
10.000-50.000	102	77	120	-15
50.000-100.000	17	7	13	-31
100.000-500.000	9	8	6	-50
500.000-1.000.000	0	2	2	+200
Acima de 1.000.000	0	0	0	0

Dados: Tribunal Superior Eleitoral
Organização: dos autores

⁸ Para GeoDa e análises geoestatísticas, ver Anselin (1995, 2024 a, 2024 b), GeoDa documentation (2019), Smith, Goodchild e Longley (2018).

⁹ Bolsonaro se filiou ao PL em 2019, tendo sido eleito em 2018 pelo PSL.

O PL apresentou crescimento em quase todas as faixas populacionais, com os maiores aumentos percentuais em cidades médias (50.000-100.000 e 100.000-500.000 habitantes), e a estreia em cidades com mais de um milhão de habitantes em 2024. Esse padrão sugere uma estratégia de fortalecimento em regiões urbanas de médio a grande porte, o que pode refletir uma mudança em sua base eleitoral e uma busca por consolidar influência em áreas com maior densidade populacional.

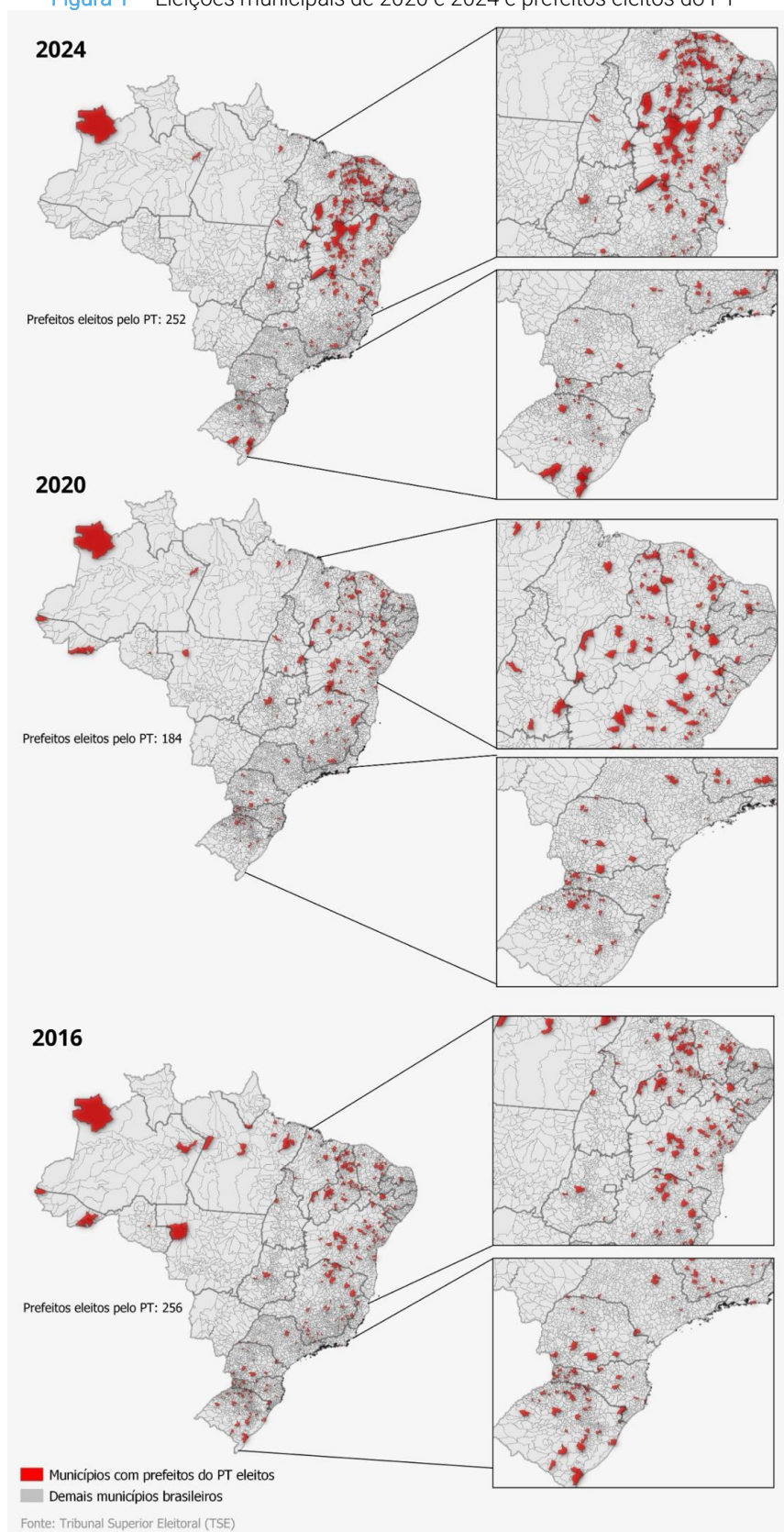
Interessante notar que o crescimento expressivo do PL em cidades de porte médio, especialmente aquelas que contam com a possibilidade de segundo turno, ou seja, com mais de 200.000 habitantes, vai na direção contrária do que sugere a literatura política sobre a existência do segundo turno. Autores afirmam (NICOLAU, 2004) que o segundo turno tende a favorecer candidatos situados mais próximos ao centro, eliminando opções nos pontos extremos do espectro ideológico. No entanto, o crescimento do PL, considerado um partido de extrema-direita (BOLOGNESI; RIBEIRO; CODATO, 2023), nessas cidades médias desafia a lógica teórica e indica uma mudança no comportamento eleitoral em escala local. Segundo reportagem do Poder 360, o PL é o partido que mais elegeu nos municípios com mais de 200 mil eleitores, com possibilidade de 2º turno¹⁰. Esse fenômeno, que já tinha ocorrido em 2018 com a eleição de Bolsonaro, agora parece ter chegado às cidades médias.

Outro ponto interessante é que o PL não apresenta grande representatividade em metrópoles de maior porte, revelando um padrão de apoio que se concentra em municípios de médio porte, mas que não se consolida com a mesma força nas maiores capitais. Esse dado sugere que a teoria política sobre o segundo turno e os extremos pode, talvez, fazer mais sentido para as grandes metrópoles do que em contextos de cidade média. Apesar de não ser parte do objetivo aqui proposto, pesquisas nesse sentido precisam ser analisadas para tentar entender esse debate teórico à luz das diferenças espaciais.

A análise espacial dos resultados eleitorais possibilita uma visão detalhada sobre a distribuição geográfica do voto, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas políticas locais. As figuras 1 e 2 foram produzidas para demonstrar a distribuição espacial dos votos nas eleições municipais de 2020 e 2024 no Brasil. Para possibilitar algumas análises descritivas acerca do crescimento ou da diminuição do apoio do PT e do PL nos municípios brasileiros e seus respectivos padrões espaciais. O objetivo desses mapas é visualizar as dinâmicas espaciais da geografia eleitoral, identificando padrões regionais específicos de apoio a diferentes partidos e candidatos.

¹⁰ <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/saiba-quantos-prefeitos-cada-partido-elegeu-nas-grandes-cidades-em-2024/>

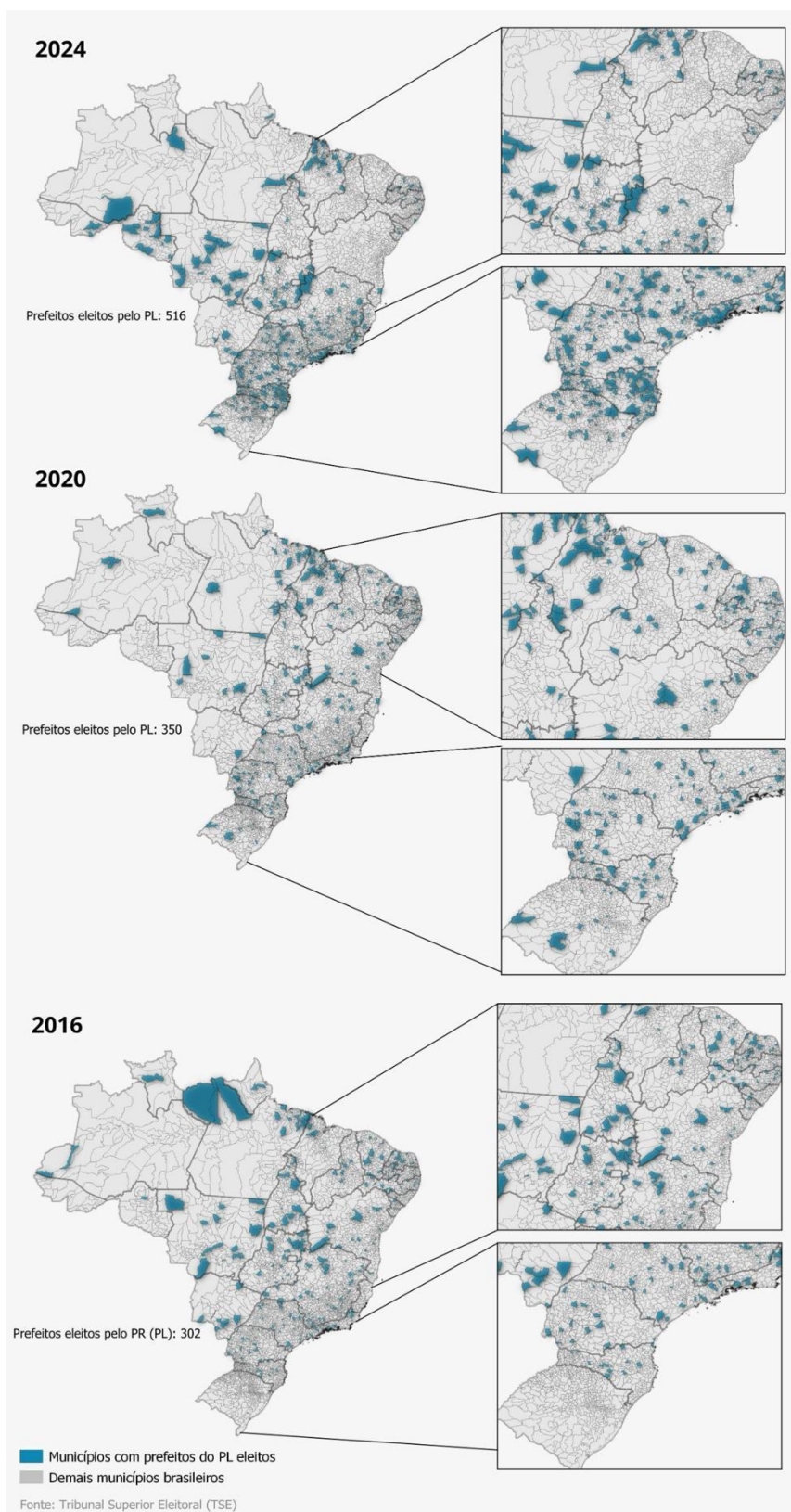
Figura 1 – Eleições municipais de 2020 e 2024 e prefeitos eleitos do PT¹¹



Fontes: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Organização: dos autores

¹¹ Agrademos ao estudante de graduação Allan da Silva Ramalho, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (GEPEDem/UnB) pela confecção dos mapas.

Figura 2 - Eleições municipais de 2020 e 2024 e prefeitos eleitos do PL



Fontes: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
 Organização: dos autores

O primeiro mapa mostra a distribuição dos municípios onde o PT elegeu prefeito nas diferentes regiões do país, evidenciando áreas de maior concentração e apoio eleitoral. Observa-se uma tendência de sucesso eleitoral na região Nordeste, acentuando-se de 2020 para 2024. Enquanto as prefeituras do partido desaparecem de estados como Mato Grosso e Acre, nota-se uma densificação na Bahia, Piauí e Ceará – neste último caso, parece indicar uma superação do partido de esquerda tradicional no estado (PDT)¹².

Já o segundo aponta o espriamento do PL em direção no Norte e no Centro-Sul comparado à eleição de 2020. Observa-se, também, uma intensa interiorização do partido do norte do Rio Grande do Sul até o sul de Minas Gerais, enquanto o oposto ocorre no Nordeste, especialmente no Maranhão e na Bahia. Interessante perceber também a forte expansão do PL em áreas de Mato Grosso, Rondônia e Acre, que até 2020 ainda se encontravam pulverizadas.

Para alcançar o objetivo da pesquisa é necessário complementar a análise do sucesso eleitoral do PT e PL na eleição de prefeitos. Precisamos olhar para os municípios onde os partidos lançaram suas candidaturas e analisar as votações municipais, que revelam a escolha do eleitor. Essa análise, associada às respectivas distribuições geográficas, é fundamental para validação do nosso argumento.

Em 2024, o PT lançou candidatos a prefeito em 1321 municípios, e a vereador em 3338. O PL o fez em 1448 municípios, para o executivo, e em 3010 municípios para o legislativo.

Optamos por analisar os municípios onde cada partido lançou candidaturas para os dois cargos, resultando em subconjuntos distintos de municípios. O PT o fez em 1252 municípios, e o PL, em 1378. As variáveis analisadas são a porcentagem de votos do candidato a prefeito em cada município e a porcentagem de votos do candidato a vereador do respectivo partido no mesmo município, ou a soma dos votos de todos os candidatos, quando mais de um.

Interessante notar que os números de municípios citados não diferem muito entre os dois partidos para ambos os cargos, inclusive nas candidaturas simultâneas para prefeito e vereador (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Número de municípios com candidaturas do PT e do PL em 2024

Cargo	Municípios (PT)		Municípios (PL)	
	Número	% *	Número	% *
Candidato a Prefeito	1321	24	1448	26
Candidato(s) a Vereador	3338	60	3010	54
Candidaturas a Prefeito + Vereador	1252	22	1378	25

Dados: Tribunal Superior Eleitoral

Organização: dos autores

(*) Porcentagem em relação aos 5.570 municípios brasileiros

A semelhança se mantém quanto à classificação dos municípios segundo faixas de tamanho do eleitorado. Classificamos somente os municípios dos subconjuntos que serão analisados, nos quais os partidos lançaram candidatos aos dois cargos.

¹² <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/10/08/com-queda-de-67-para-cinco-prefeituras-em-quatro-anos-pdt-quase-desaparece-no-ceara-em-meio-a-briga-entre-ciro-e-cid.ghml>

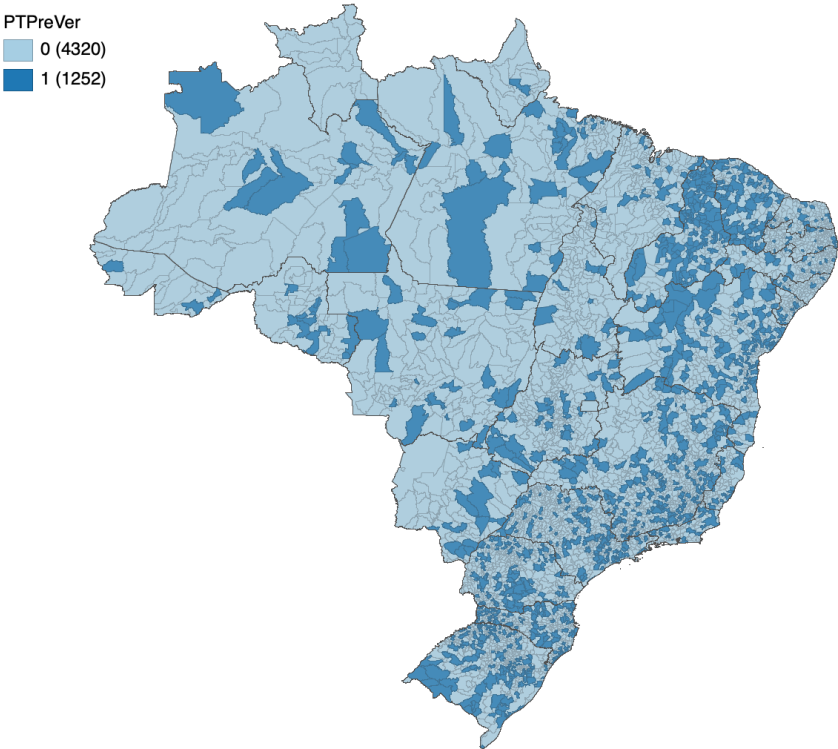
Tabela 4 – Número de municípios com candidaturas simultâneas a prefeito e vereador, do PT e do PL, segundo tamanho do eleitorado municipal, em 2024

Faixas de tamanho do eleitorado (eleições municipais 2024)	Municípios com candidatos do PT		Municípios com candidatos do PL	
	Número	%	Número	%
Acima de 2 milhões	0	0,00	1	0,07
Entre 1 milhão e 2 milhões	4	0,32	4	0,29
Entre 500 mil e 1 milhão	12	0,96	7	0,51
Entre 150 mil e 500 mil	64	5,11	69	5,01
Entre 50 mil e 150 mil	144	11,50	167	12,12
Entre 20 mil e 50 mil	235	18,77	254	18,43
Menos de 20 mil	793	63,34	876	63,57
Total de municípios	1252	100,00	1378	100,00

Dados: Tribunal Superior Eleitoral
Organização: dos autores

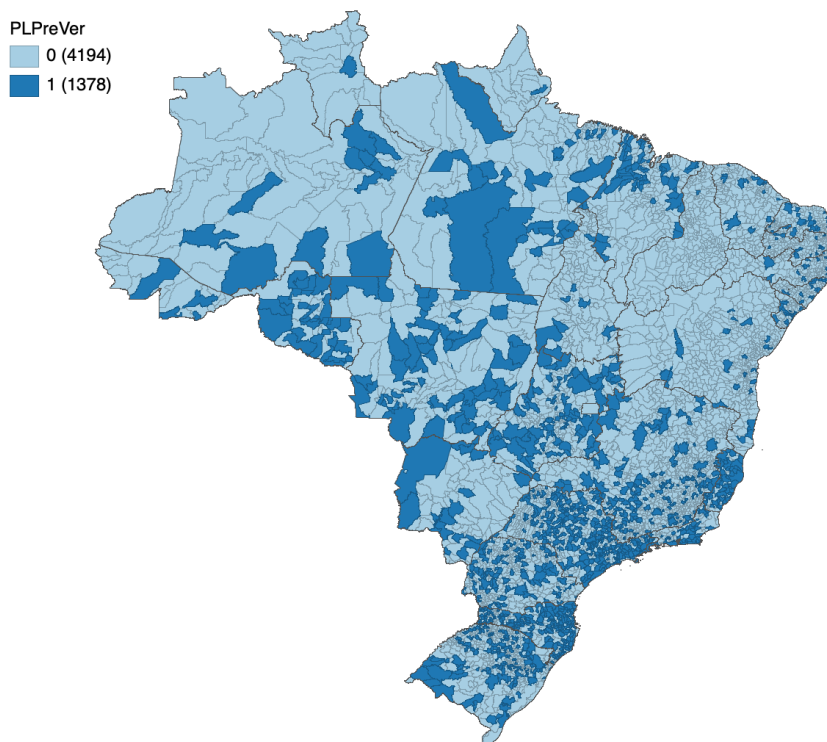
Analizamos a distribuição geográfica de cada subconjunto. Percebe-se, nas figuras 3 e 4, ainda que a escala seja pequena para observar detalhes, que os padrões do PT e do PL são diferentes. Aparentemente há mais complementaridade que similaridade entre eles. A similaridade, em número de municípios e respectivos tamanho do eleitorado por faixas, não se reproduziu na geografia eleitoral de 2024.

Figura 3 – Municípios (1252) com candidaturas simultâneas a prefeito e vereador do PT nas eleições municipais de 2024



Fontes: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

Figura 4 – Municípios (1378) com candidaturas simultâneas a prefeito e vereador do PL nas eleições municipais de 2024

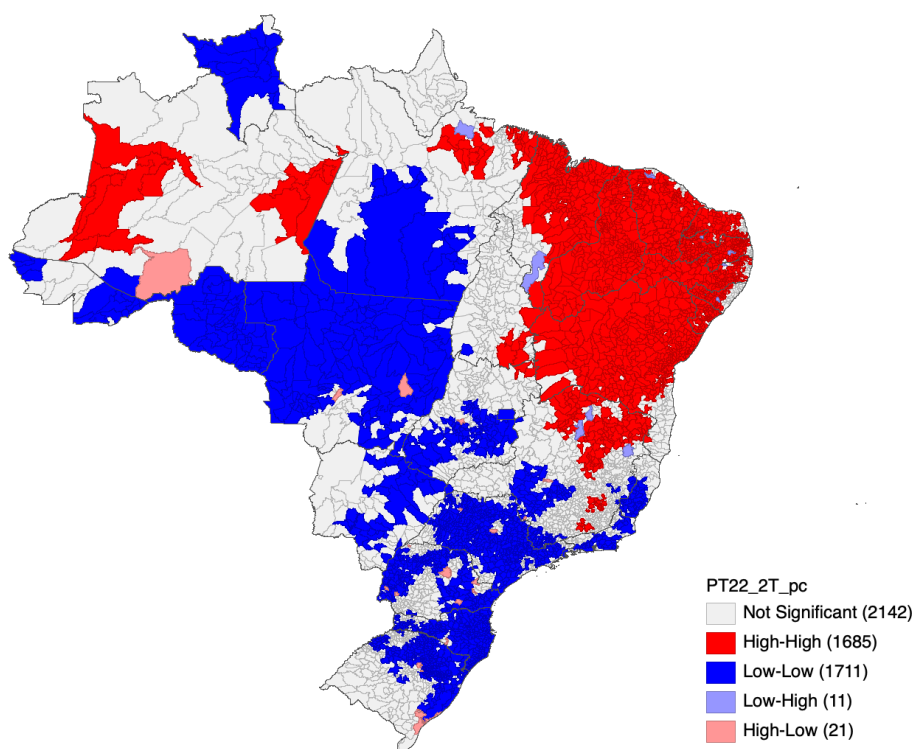


Fontes: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

Comparando a distribuição geográfica dos municípios de candidaturas simultâneas a prefeito e vereador do PT (Figura 3) e do PL (Figura 4) com os territórios eleitorais de Lula e Bolsonaro em 2022 representados no mapa da Figura 5 é possível identificar certa semelhança entre os territórios de 2022 e a concentração de municípios de 2024 dos respectivos partidos.

A configuração territorial polarizada em grandes grupamentos de municípios vem se repetindo desde 2006, nas disputas entre PSDB e PT, até 2014; e entre PSL e PT, em 2018, como analisado por Alkmim e Terron (2022). Essa mesma configuração se repete em 2022 (figura 5), com o extenso território eleitoral do PT concentrado nos municípios da região nordeste (1685 municípios representados em vermelho no mapa), e os territórios eleitorais do PL nas regiões sul, sudeste, norte e centro-oeste (1711 municípios representados em azul no mapa). A similaridade se dá por conta dos muitos municípios com candidatos a prefeito e vereador do PT no nordeste, enquanto muitos do PL localizam-se nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e norte.

Figura 5 – Mapa da autocorrelação espacial local da votação municipal de Lula (%) no segundo turno da eleição presidencial de 2022



Fontes: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

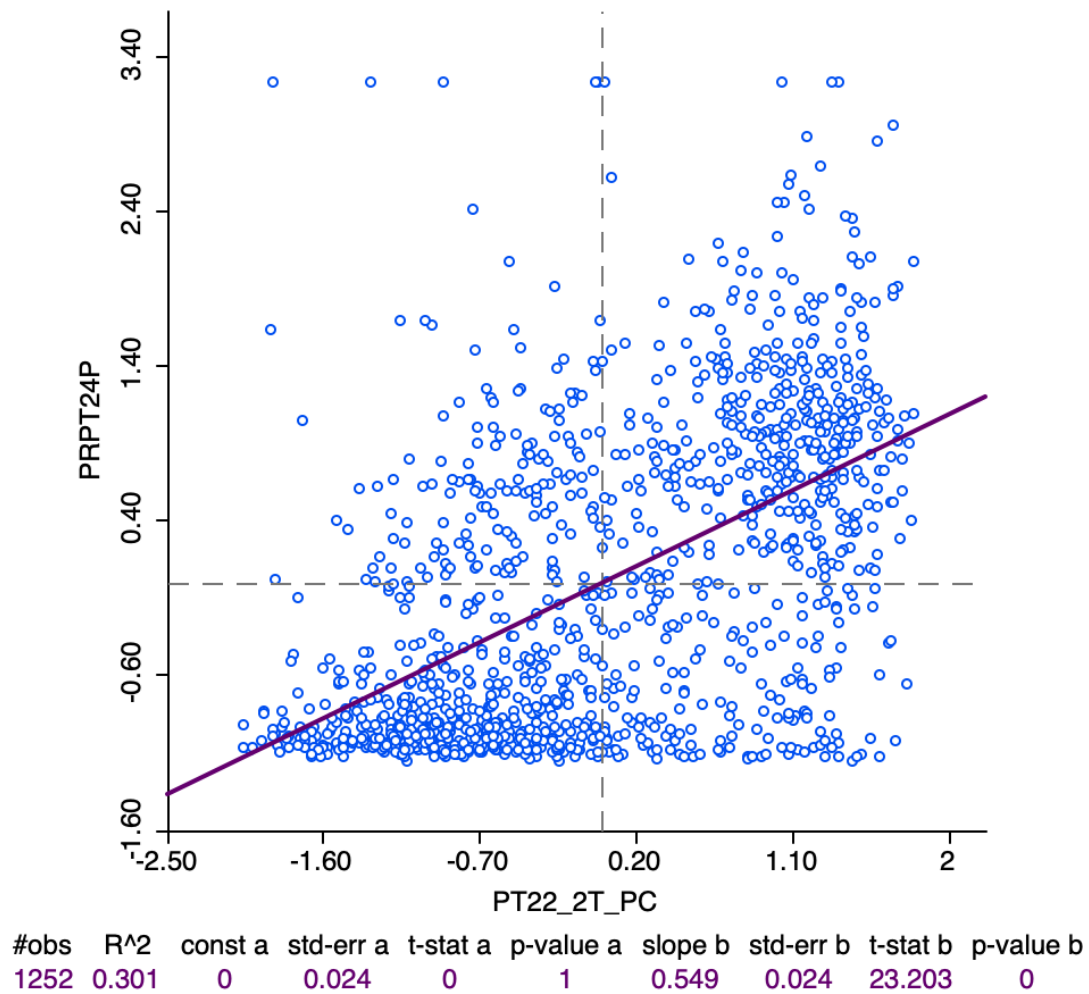
Dado o contexto de semelhanças, investigamos o efeito escala para os dois partidos. Analisamos se há alguma relação entre as respectivas votações para presidente em 2022 e o desempenho dos seus partidos em 2024. Independentemente da discussão sobre Lulismo e Petismo, queremos identificar a correlação, que nos parece provável, entre os votos de Lula e do PT, e analisar se a votação de Bolsonaro em 2022 influenciou o desempenho eleitoral do PL nas eleições municipais de 2024.¹³

Os diagramas de dispersão mostram diferenças significativas (Figuras 6 e 7). No caso do PT, o coeficiente de correlação de Pearson (R^2) entre a porcentagem de votos recebidos por Lula no segundo turno de 2022 e dos votos para prefeito nos 1252 municípios é de 0.30 (Figura 6). Na correlação entre a votação de Lula e a votação dos vereadores do PT encontramos um coeficiente de 0.25 (Figura 7). As retas de regressão são positivas e ascendentes, ou seja, um acréscimo na

¹³ Não estamos analisando o apoio ofertado por Lula e Bolsonaro aos candidatos do PT e PL, respectivamente, já que eles também apoiaram candidatos de outros partidos. Investigamos exclusivamente a correlação entre as porcentagens de votos municipais recebidos por Lula e Bolsonaro e as porcentagens de votos municipais de todos os candidatos dos respectivos partidos nas eleições para prefeito e vereador.

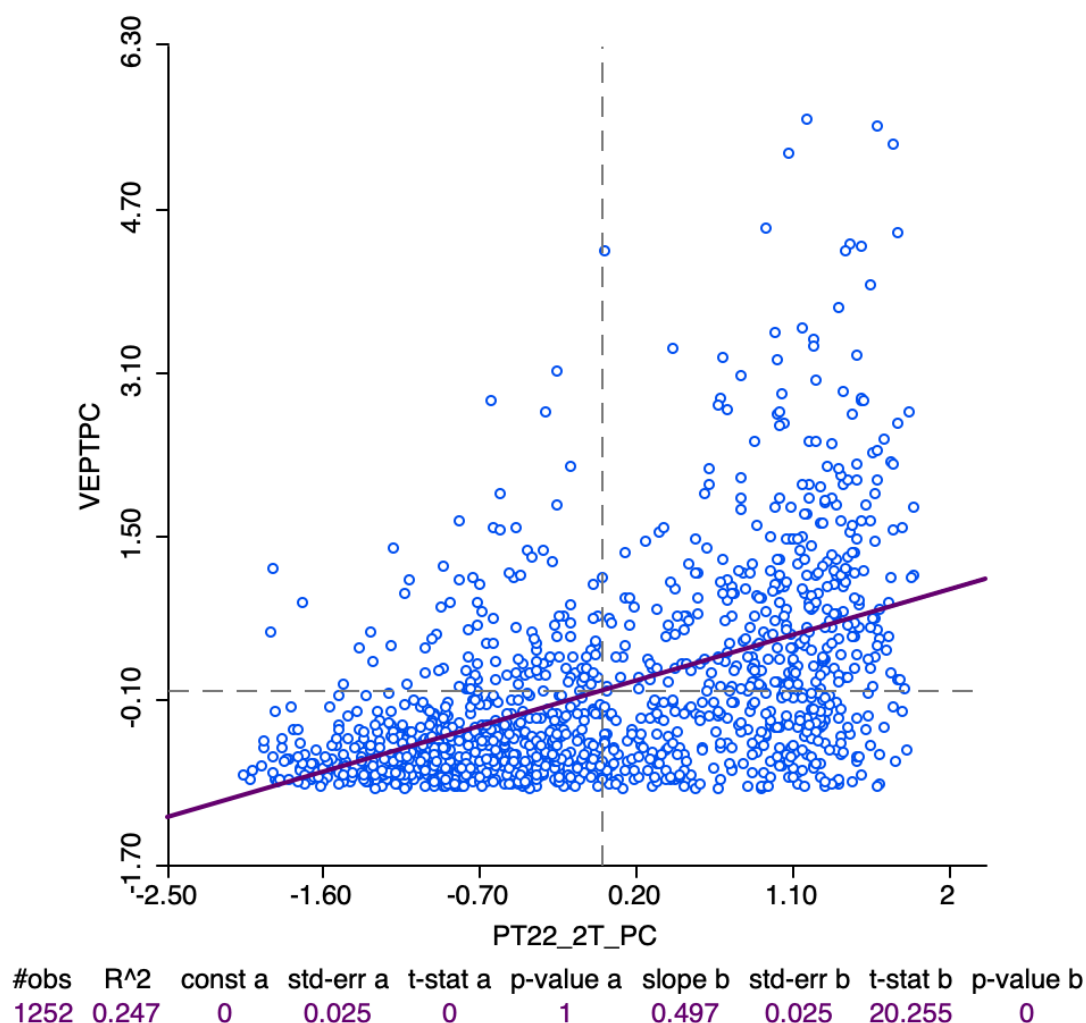
porcentagem de votos municipais de Lula em 2022 implica acréscimo na porcentagem de votos para prefeito e vereadores do PT no mesmo município.

Figura 6 – Diagrama de dispersão (*scatter plot*) da votação municipal (%) de Lula em 2022 (eixo X, variável independente) e a votação municipal (%) para prefeito do PT em 2024 (eixo Y, variável dependente)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

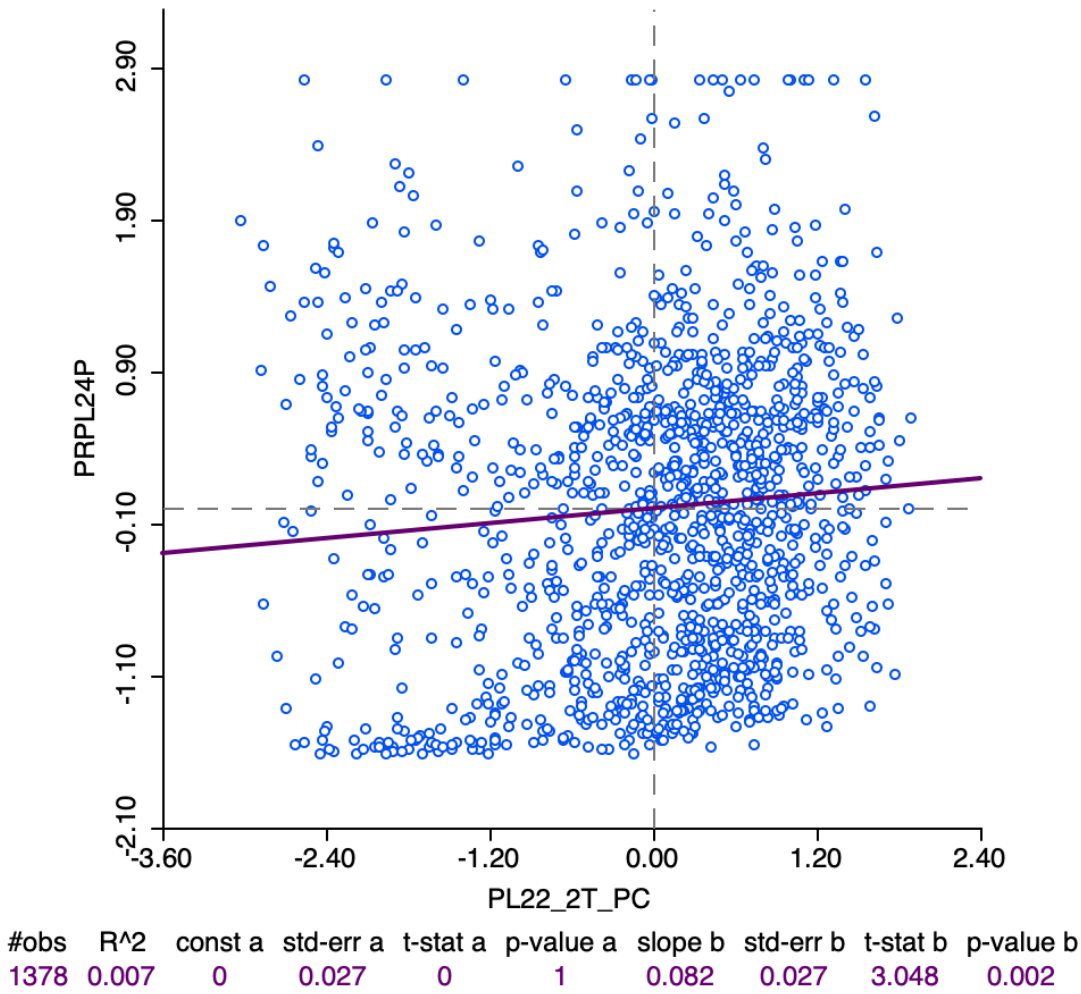
Figura 7 – Diagrama de dispersão (*scatter plot*) da votação municipal (%) de Lula em 2022 (eixo X, variável independente) e a votação municipal (%) para vereadores do PT em 2024 (eixo Y, variável dependente)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

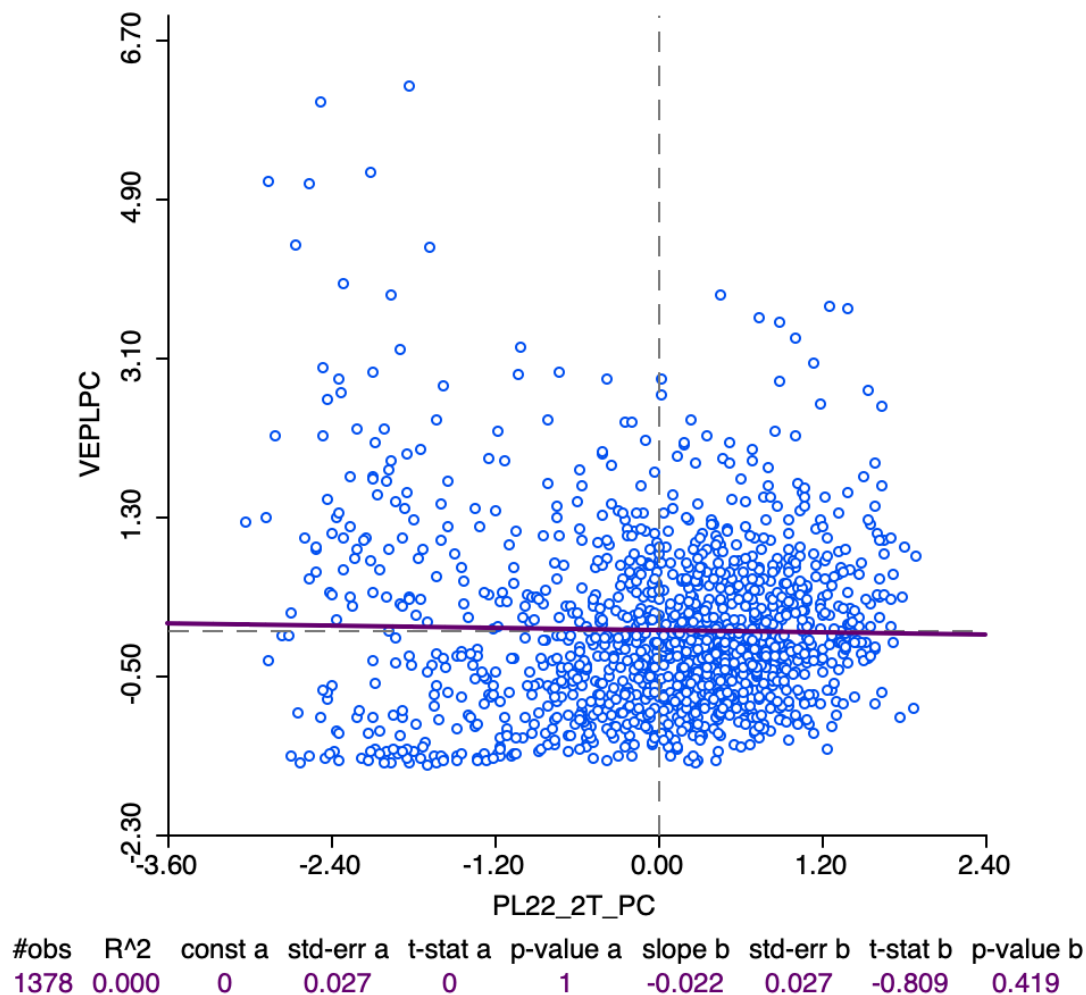
No caso do PL não encontramos qualquer correlação entre a porcentagem dos votos municipais dados a Bolsonaro em 2022 e as porcentagens de votos dados aos candidatos a prefeito (figura 8) e vereadores (figura 9) do partido nos 1378 municípios analisados.

Figura 8 – Diagrama de dispersão (*scatter plot*) da votação municipal (%) de Bolsonaro em 2022 (eixo X, variável independente) e a votação municipal (%) para prefeito do PL em 2024 (eixo Y, variável dependente)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

Figura 9 – Diagrama de dispersão (*scatter plot*) da votação municipal (%) de Bolsonaro em 2022 (eixo X, variável independente) e a votação municipal (%) para vereadores do PL em 2024 (eixo Y, variável dependente)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

A análise dos resultados revela a convergência entre Lulismo e Petismo na escala municipal. A base de apoio a Lula nas eleições nacionais parece se traduzir em suporte ao PT nas eleições locais. Entretanto, o mesmo padrão não se repete em relação a Bolsonaro e o PL. Essa relação diferenciada sugere um fenômeno de "jogo de escalas", em que as escalas nacional e municipal se articulam de maneira diversa para os dois campos políticos. No caso do PT, o apoio ao partido e ao ex-presidente Lula demonstra uma continuidade e consistência que atravessa as escalas, refletindo uma base ideológica e social que se manteve coesa, tanto na eleição presidencial de 2022, quanto nas eleições municipais de 2024. Esse efeito escalar reforça a hipótese de que o petismo e o Lulismo operam de maneira interdependente e alinhada, consolidando uma estrutura de apoio que é capaz de se adaptar às especificidades locais, mas que também carrega a força da representatividade nacional do ex-presidente.

Por outro lado, a relação entre o Bolsonarismo e o PL não segue a mesma lógica. Embora Bolsonaro tenha conquistado uma expressiva votação em 2022, principalmente em áreas específicas, essas regiões não necessariamente representam as bases de sucesso eleitoral do PL em 2024. Esse desalinhamento sugere que embora o Bolsonarismo seja forte na escala nacional, não influencia o PL no nível municipal em 2024. Essa dissociação nos leva a pensar que a geografia eleitoral do Bolsonarismo depende mais da figura individual de Bolsonaro do que de uma estrutura partidária coesa, como ocorre no caso do PT com Lula. Assim, se o Lulismo se articula com o petismo em uma dinâmica de escala que integra os níveis nacional e municipal, o Bolsonarismo parece se situar em uma escala mais fluida e individualizada, dificultando a consolidação do PL como um reflexo direto de seu apoio. Esse jogo de escalas evidencia, portanto, a complexidade das interações entre as esferas políticas e os desafios do PL em converter o apoio nacional em resultados consistentes nas disputas locais.

Esse resultado sugere que o jogo de escalas nas eleições tende a ser mais efetivo quando o partido político apresenta uma trajetória histórica consolidada e uma identidade ideológica bem definida. No caso do PT, a longa trajetória e a consistência de sua plataforma política ao longo das décadas criaram uma base de apoio que transita com mais facilidade entre as escalas nacional e municipal. O partido é amplamente reconhecido, o que permite que ele opere com uma identidade coesa e facilmente identificável, fortalecendo o vínculo entre o Lulismo e o petismo nas diferentes escalas. Em contrapartida, o PL, que nos últimos anos ganhou notoriedade como o principal suporte partidário para o Bolsonarismo, possui uma história marcada por transformações ideológicas, incluindo períodos em que adotou posições de centro. Um exemplo notável é sua aliança com Lula em 2002, quando José Alencar, então filiado ao PL, foi vice-presidente. Essa trajetória mais fluida e recente do PL indica uma identidade partidária menos estável e uma conexão menos enraizada com o Bolsonarismo nas esferas locais. Assim, a falta de consistência ideológica ao longo do tempo dificulta a construção de uma base de apoio que se reflita de maneira orgânica entre as escalas, reforçando que o alinhamento entre partido e líder político depende não apenas de apoio circunstancial, mas também de uma identidade política sedimentada.

Escala nacional e escala local conectam-se, portanto, de modo mais evidente dependendo do fenômeno a ser analisado. Entretanto, como discutido no início desse artigo, o fenômeno eleitoral em escala local ainda precisa ser entendido a partir de sua própria lógica, não a resumindo à nacional. Para tanto, analisamos o desempenho do PT e PL agora sob outro enfoque. O que queremos saber é se houve, em 2024, alguma associação entre o desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito e dos candidatos a vereador em cada partido, ou seja, um efeito *coattail* municipal.

Efeito *coattail* é um conceito clássico desenvolvido pela literatura americana para explicar como um candidato forte em eleições para o executivo consegue transferir votos para candidatos de seu partido que disputem outros cargos, frequentemente no legislativo¹⁴.

No caso específico do PT nas eleições para presidente e para deputados federais, a literatura aponta que, desde 2006, esse fenômeno não ocorre na escala nacional, já que houve um distanciamento entre o Lulismo e o petismo. Em outras palavras, as votações de Lula em 2006 (Terron e Soares, 2010; Borges e Turgeon, 2010) e de Dilma, em 2010 (Maciel, 2012), não se traduzem necessariamente em maior votação para os candidatos a deputado federal de seu partido.¹⁵ Resta saber, portanto, se esse efeito inexistente em escala nacional existe em escala local, no caso do PT e do PL em 2024.

¹⁴ Matheus (2023) faz um extenso diálogo entre a literatura estrangeira e nacional dedicadas à análise do efeito *coattail*.

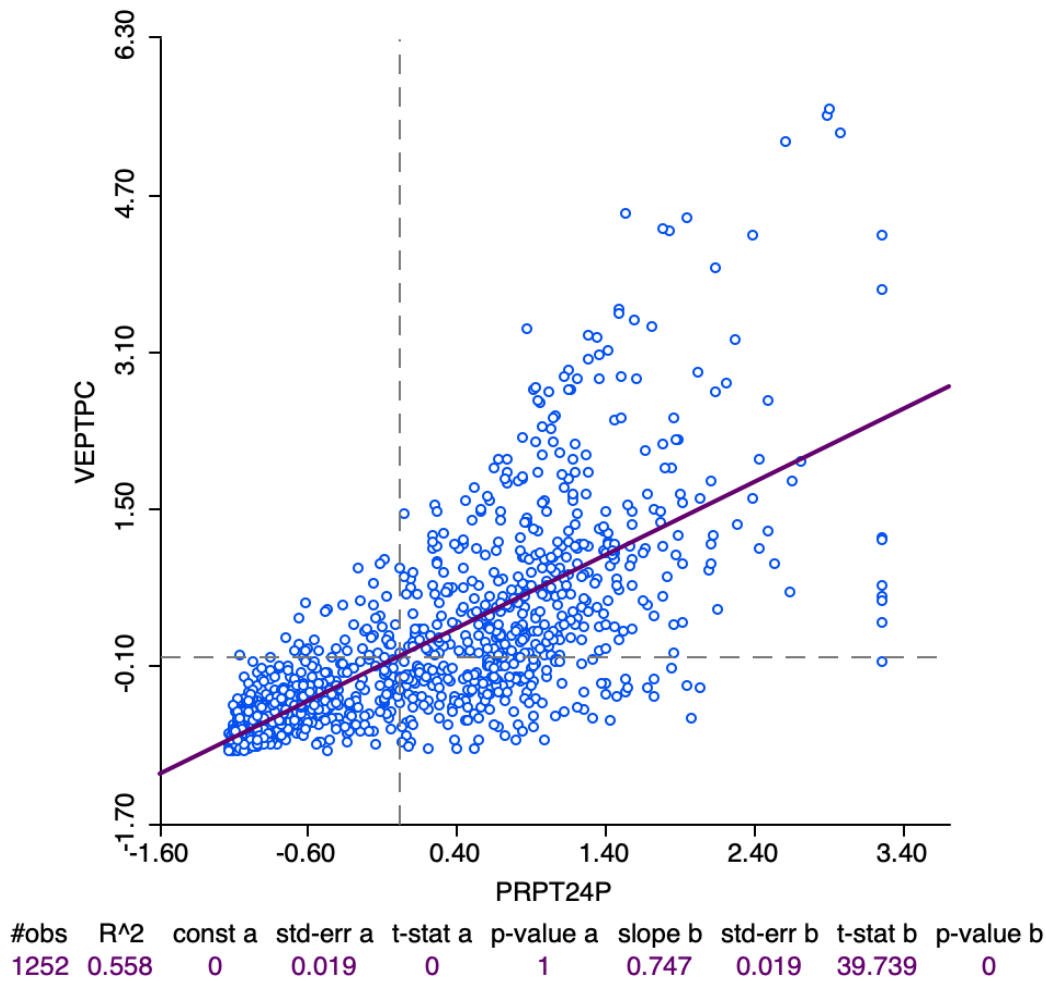
¹⁵ Não encontramos estudos específicos de efeito *coattail* nas eleições nacionais do PT após 2010.

Encontramos coeficientes de correlação de Pearson semelhantes para os dois partidos ainda que o do PL seja menor que o do PT. O coeficiente de correlação encontrado para o PT nos 1252 municípios foi de 0.56 (figura 10) e para o PL nos 1378 foi de 0.43 (figura 11). Considerando que o coeficiente varia entre 0 e 1, sendo 0 a ausência de correlação e 1 a correlação máxima, podemos dizer que ambos estão no meio do intervalo. Ambas as correlações são positivas, indicando que o aumento de uma das variáveis se reflete em aumento da outra.

A partir da interpretação teórica do coeficiente de inclinação da reta de regressão (b), considerando que os valores de R^2 são significativos, e levando em conta somente o efeito de uma variável sobre a outra, podemos dizer que para o PT, cada unidade (ponto percentual) de acréscimo na votação (%) para prefeito correlaciona-se ao acréscimo de 0.75 pontos percentuais na votação (%) dos candidatos a vereador do mesmo município.

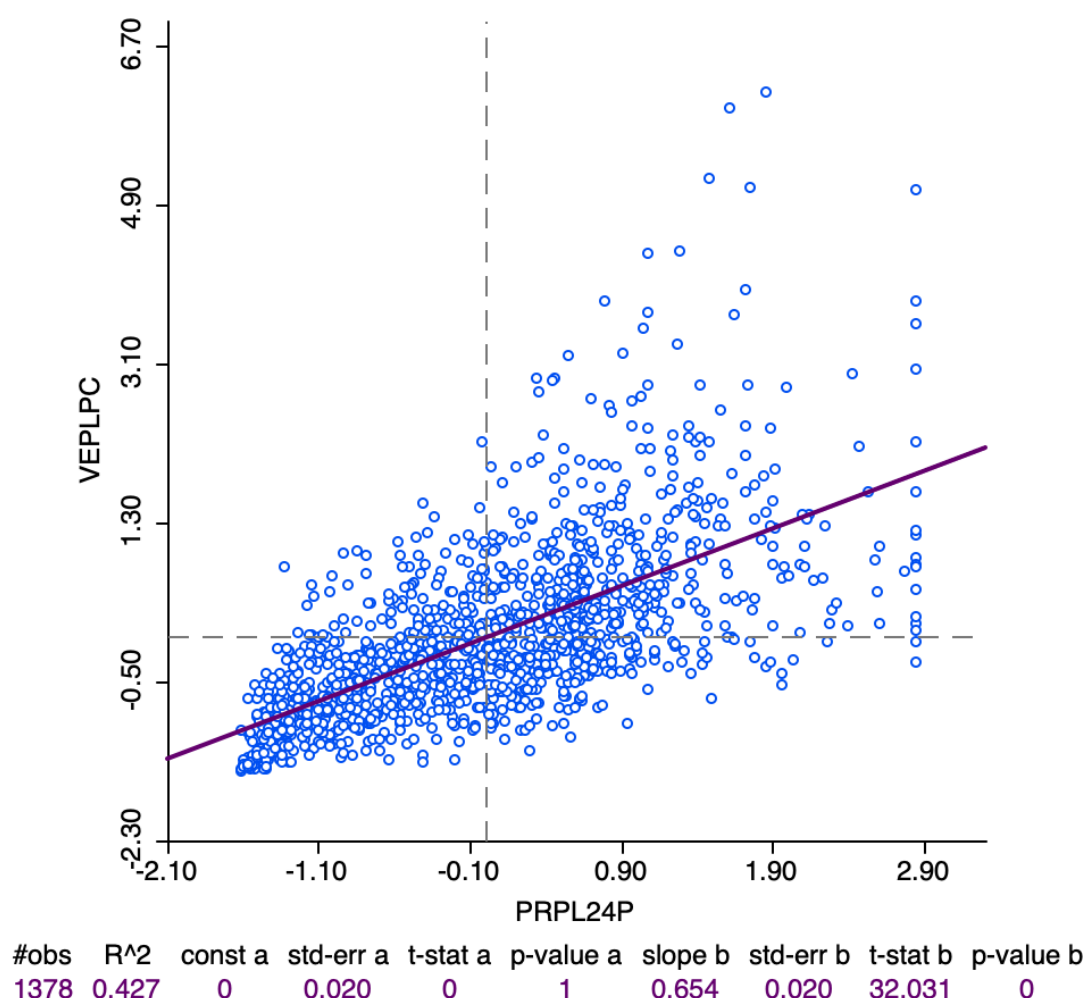
No caso do PL, sob as mesmas condições, cada ponto percentual de aumento na votação (%) do candidato a prefeito equivale a 0.65 pontos percentual de aumento na votação (%) dos vereadores do partido no mesmo município.

Figura 10 – Diagrama de dispersão (scatter plot) da votação municipal (%) para prefeito (eixo X, variável independente) e a votação municipal (%) para vereadores do PT em 2024 (eixo Y, variável dependente)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

Figura 11 – Diagrama de dispersão (*scatter plot*) da votação municipal (%) para prefeito (eixo X, variável independente) e a votação municipal (%) para vereadores do PL em 2024 (eixo Y, variável dependente)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE
Elaboração: dos autores

Em síntese, nossos resultados indicam que o fenômeno conhecido como efeito *coattail* – em que o desempenho de um candidato ao executivo impulsiona votos para candidatos do mesmo partido ao legislativo – se manifesta de maneira significativa na escala municipal em 2024, tanto para os candidatos do PT quanto para os do PL. E os efeitos para os dois partidos são muito próximos em intensidade, de acordo com os coeficientes da regressão. Estes resultados corroboram as conclusões de Vasquez, Curi e Silva (2021) e de Matheus (2023), sobre a existência de efeito *coattail* nas eleições municipais.

O caso do PT corrobora nossa hipótese inicial. A literatura demonstra que o efeito *coattail* não ocorre de forma consistente em escala nacional para o PT. Na escala federal, votar em Lula para o cargo de presidente não tem levado, historicamente, a um aumento automático de votos para os candidatos a deputado federal do PT. Esse distanciamento entre o voto no executivo e o voto no legislativo sugere que os eleitores, ao menos em eleições nacionais, diferenciam suas escolhas com

base no cargo, priorizando o candidato à presidência em vez de seguir automaticamente o partido no voto para o Congresso. Esse fenômeno revela uma independência na escala nacional que enfraquece o *coattail effect* para o PT, apontando uma desconexão entre o Lulismo, personificado na figura de Lula, e o petismo como estrutura partidária.

No entanto, quando observamos o cenário em escala municipal, a dinâmica é bastante distinta. Nossa análise mostra uma alta correlação entre a votação de prefeitos do PT e a votação de vereadores do mesmo partido no mesmo município em 2024, indicando que o efeito *coattail* se manifesta com força no nível local. Esse resultado sugere que, nas eleições municipais, o alinhamento partidário é mais coeso e direto, possivelmente em razão da proximidade entre eleitores e candidatos e à menor fragmentação das pautas e discursos em comparação com o cenário federal. A lógica da escala municipal parece favorecer uma identificação mais integrada entre os cargos do executivo e legislativo locais, onde o eleitor tende a confiar mais na sua escolha na figura pessoal (do prefeito ou de um vereador específico) e seu apoio a outro indivíduo. Essa diferença entre as escalas nacional e municipal evidencia a importância do contexto geográfico e da proximidade política, reforçando que o efeito *coattail* é mais forte onde o vínculo partidário é mais próximo e imediato, como nas cidades, ao mesmo tempo em que o cenário nacional se caracteriza por uma maior autonomia do eleitor na escolha dos representantes para diferentes esferas.

Considerações Finais

Ao longo deste estudo, a análise das eleições municipais de 2024 no Brasil evidenciou a importância da escala geográfica como uma variável essencial para a compreensão das dinâmicas eleitorais. O comportamento dos eleitores na escala municipal não pode ser simplesmente tratado como um reflexo ou uma extensão do comportamento observado em eleições federais. A geografia eleitoral, ao considerar a escala como uma categoria analítica, permite uma visão mais complexa e detalhada do comportamento político, especialmente em contextos locais onde fatores sociais e culturais específicos exercem forte influência.

Os resultados deste artigo reforçam a tese de que as eleições municipais possuem dinâmicas próprias e relativamente autônomas em relação às eleições nacionais. Essa autonomia relativa se manifesta de forma clara na análise dos efeitos de "jogo de escalas" e do fenômeno de *coattail*. Observou-se que, para o Partido dos Trabalhadores (PT), há uma continuidade entre o apoio a Lula em 2020 e o sucesso eleitoral do partido em 2024 na escala municipal, indicando uma base ideológica e social que se mantém coesa e integrada entre as diferentes esferas de poder. No caso do Partido Liberal (PL), essa correlação não foi encontrada, sugerindo que o apoio a Bolsonaro em escala federal não se traduz diretamente em apoio consistente ao partido no nível municipal. Esse desalinhamento ressalta a natureza fragmentada do Bolsonarismo, mais dependente da figura pessoal de Bolsonaro do que de uma estrutura partidária coesa e ideologicamente consolidada.

Outro aspecto fundamental revelado pela pesquisa foi a presença do efeito *coattail* na escala municipal, onde o desempenho de um candidato ao executivo local (prefeito) influencia positivamente o desempenho de candidatos do mesmo partido ao legislativo local (vereadores). Em contraste, esse efeito não se verifica na escala federal, onde o voto em um candidato à presidência não necessariamente impulsiona os candidatos do mesmo partido ao Congresso. Essa discrepância reforça a ideia de que a escala municipal opera com uma lógica própria, onde a proximidade entre eleitores e candidatos gera vínculos partidários e pessoais mais coesos, em contraste com a fragmentação e complexidade observadas nas eleições federais.

Portanto, ao considerar a escala como uma variável fundamental, a geografia eleitoral nos oferece uma visão diferenciada do comportamento eleitoral, onde cada escala do fenômeno revela suas próprias especificidades. As eleições municipais, em particular, representam uma configuração distinta, que incorpora interações sociais e particularidades locais de uma forma que não se observa, ou se observa de forma muito diferente, nas eleições nacionais. Isso destaca a necessidade de compreender cada escala eleitoral como um fenômeno independente, moldado por fatores contextuais específicos que não podem ser reduzidos a meras miniaturas de uma dinâmica nacional. O espaço como contexto, assim, assume um papel central na análise geográfica das eleições, evidenciando a influência dos contextos socioeconômicos, culturais e políticos locais.

Além disso, ao tratar as eleições municipais como uma antecipação das eleições federais, a academia e a mídia frequentemente negligenciam a importância política da escala local. Essa prática perpetua um distanciamento entre o discurso acadêmico e a realidade cotidiana dos cidadãos, uma vez que a escala municipal é a mais próxima do eleitor e a mais relevante para a resolução de questões diárias, como saúde pública, educação básica e infraestrutura local. Ignorar as especificidades dessa escala significa desconsiderar também o papel crucial das prefeituras como espaços onde as necessidades imediatas da população são atendidas. Em um sistema federativo como o brasileiro, a escala municipal não só é relevante, mas também desempenha uma função estruturante no cotidiano das pessoas.

Em resumo, o estudo da escala municipal como uma dimensão autônoma e fundamental para a política brasileira amplia nossa compreensão do comportamento eleitoral e destaca a importância de abordagens geográficas alinhadas à especificidade de cada contexto. A valorização da escala local e a análise detalhada de suas dinâmicas permitem uma compreensão mais rica e precisa da política brasileira, oferecendo insights que podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias eleitorais mais ajustadas às realidades e necessidades de cada região.

Referências

- ABRÚCIO, F. L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ALKMIM, A. C.; TERRON, S. L. O Brasil é realmente um país polarizado? Análise das eleições presidenciais de 1989 a 2018. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 106, p. 7–32, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/205910>.
- ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association-LISA. *Geographical Analysis*, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.
- ANSELIN, L. An Introduction to Spatial Data Science with GeoDa. Volume 1: Exploring Spatial Data. CRC/Chapman&Hall, Boca Raton, FL. In: Online version, 2024a.
- ANSELIN, L. An Introduction to Spatial Data Science with GeoDa. Volume 2: Clustering Spatial Data. CRC/Chapman&Hall, Boca Raton, FL. In: Online version, 2024b.
- AZEVEDO, D. A. Escala e escala política: como a geografia pode apontar a fragilidade na teoria da democracia participativa. *Revista Espaço e Geografia*, n.23, v.1, p.149-184, 2020. <https://doi.org/10.26512/2236-56562020e40185>
- AZEVEDO, D. A. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. *Geousp*, v.27, n.2, 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.204649>
- BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. EdUFSC, Ed 3, 2019.
- BOLOGNESI, B; RIBEIRO, E.; CODATO, Ad. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, 66(2), p.1-31, 2023. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>
- BORGES, A.; TURGEON, M. Do Petismo ao "Lulismo"? Explicando a ausência de cottails nas eleições de 2006. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 34., p. 1-23, Caxambu, MG. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2010.
- CASTRO, I. E.. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.118-140, 1996.
- _____. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? *Revista Espaço Aberto*, UFRJ, v. 4, n.1, p. 87-100, 2014.
- DAHLMAN, C.T. Scale. In: *Key concepts in political geography*. In: C. Gallaher et al. Londres: Sage, p. 189-97, 2010.
- FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, n. 8, v. 1, 2002.
- FLINT, C.; TAYLOR, P. *Political Geography: world-economy, nationstate and locality*. London: Prentice Hall, 1985
- GEODA DOCUMENTATION. 2019. Disponível em: <http://geodacenter.github.io/documentation.html>.
- GRANDI, M. S. A Construção escalar da ação no movimento dos sem-teto. Tese de Doutorado: PPGG, UFRJ, 2015.
- GOMES, P. C. C. O lugar do olhar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- HAROD, A. Scale. Nova York: Routledge, 2011.
- HOWITT, R. Scale and the other: Levinas and geography. *GeoForum*, 33, p.299-313, 2002.
- LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papirus, 1988.
- LAVAREDA, A.; TELLES, H. Eleições municipais: novas ondas na política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.
- MACIEL, N. Análise do efeito coattail do PT utilizando modelos econométricos espaciais. *Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, Belo Horizonte, ano 4, n. 2, p. 29-42, 2012.
- MACKINNON, D. Reconstructing scale: towards a new scalar politics. *Progress in Human Geography*, n.35 (1), p.21-36, 2010.
- MATHEUS, T. A.M. *Efeito coattail nas eleições municipais: a influência dos candidatos a prefeito na disputa pelo Legislativo*. Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2023. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41247>

- MARSTON, S. A; JONES, J. P.; WOODWARD, K. Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30(4), 416-432, 2005.
- MASSEY, D. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, n. 32 (2), p.203-225, 2008.
- NICOLAU, J. *Sistemas eleitorais*. São Paulo: FGV Editora, 2004.
- PAASI, A. Place and region: looking through the prism of scale *Progress in Human Geography* 28, p. 536–46, 2004.
- RODRIGUES, J. N.; MOSCARELLI, F. Os desafios do pacto federativo e da gestão territorial compartilhada na condução das políticas públicas brasileiras. *GEOTEXTOS (ONLINE)*, v. 11, p. 139-166, 2015.
- SMITH, M. J., GOODCHILD, M. F.; LONGLEY, P. A. *Geospatial analysis: a comprehensive guide to principles, techniques and software tools*. 6ª ed. Winchelsea: The Winchelsea Press, 2018. Disponível em: <http://www.spatialanalysisonline.com>
- SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, 14(2), 269–301, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200001>
- SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, 16(2), 310–337, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200002>
- TERRON, S. L. (2009). *A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro.
- VASCONCELOS, F. O que 2024 diz sobre 2026. *Análise de Conjuntura publicada pelo INCT ReDem*, 2024. Disponível em: <https://redem.tec.br/relacao-entre-eleicoes/>
- VASQUEZ, V.; CURI, H.; SILVA, B. S. Prefeitos e a Construção do Apoio Legislativo nos Municípios. *Dados*, 64(2), 2021. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.2.237>